



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.004

**Presidente da Mesa Diretora:** Cláudio Rodrigues de Jesus

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Imóveis

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 06/12/2022

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 122/2022. Autoriza a desafetação e alienação de imóveis pertencentes à municipalidade, localizados no bairro Melo (rua Tupiniquins – 131,21 m²), e no bairro Esplanada do Aeroporto (ruas O e L – 900,00 e 1.584,00 m²). (Referente à Lei nº 5.499, de 08/12/2022).

**Controle Interno – Caixa:** 12.7      **Posição:** 51      **Número de folhas:** 07

---

Espécie: PL  
Categoria: Imóveis  
CX: 42.4  
Ordem: 51  
nº fls: 05



nº 93/2022

08.12.2022

# Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 5.499, de 08/12/2022

## PROJETO DE LEI Nº 122/2022

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza Desafetação e Alienação de Imóvel Municipal.

### MOVIMENTO

06/12/2022

1 - Comissão Legislação e Justiça.

2 -

3 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA  
4 - EM 08.12.2022

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

PROJETO DE LEI Nº **122**, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2022



**AUTORIZA DESAFETAÇÃO E ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS**

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica o Município de Montes Claros autorizado a desafetar da característica de bem de uso comum do povo, convertendo em bem dominical, a área com 131,21 m<sup>2</sup> (cento e trinta e um metros e vinte e um centímetros quadrados), parte de área do leito do Rio Vieira, localizada na rua Tupiniquins, no Bairro Melo, com a seguinte descrição: *"Partindo do cruzamento da Rua Juca Fróes com Rua Tupiniquins, segue limitando com o lote 10 e lote 11 na distância de 24,34 metros até o ponto inicial desta descrição. Deste deflete à esquerda e segue limitando, de forma irregular, com o lote 11 na distância de 27,70 metros até o remanescente do Leito do Rio Vieira; daí deflete à direita e segue limitando com o remanescente do Leito do Rio Vieira, na distância de 25,10 metros até a Rua Tupiniquins; daí deflete à direita e segue limitando com a Rua Tupiniquins, na distância de 11,66 metros até o ponto inicial desta descrição."*

**Art. 2º** – Fica o Município de Montes Claros autorizado a desafetar da característica de bem de uso comum do povo, convertendo em bem dominical, os imóveis descritos nos incisos do presente artigo:

I – área de terreno com 900,00 m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados), correspondente a parte da rua "M", situada no Bairro Esplanada do Aeroporto, nesta cidade, com a seguinte descrição: *"Partindo do ponto inicial da interseção entre a Rua O, Poligonal aqui descrita e Imóvel de Matrícula 2.029 pertencente a Montes Claros Diesel S.A; segue limitando com a Rua O na extensão de 6,00m até o remanescente da Rua M; daí, deflete à esquerda, no ângulo interno de 90° e segue limitando com o remanescente da Rua M, na extensão de 50,00m; daí, deflete à direita, no ângulo interno de 270°, e segue com o mesmo limitante, na extensão de 6,00m até o imóvel de Matrícula 15.104 Pertencente a Montes Claros Diesel S.A; daí, deflete à esquerda, no ângulo interno de 90°, e segue limitando com o imóvel de Matrícula 15.104 Pertencente a Montes Claros Diesel S.A, na extensão de 50,00m até a Rua P; daí, deflete à esquerda, no ângulo interno de 90° e segue limitando com parte da Rua P, na extensão de 12,00m até o imóvel de Matrícula 2.029 pertencente a Montes Claros Diesel S.A; daí deflete à esquerda, no ângulo interno de 90°, e segue limitando com o imóvel de Matrícula*

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE *LEGISLAÇÃO*

*E RESOLUÇÃO*

EM 26 DE DEZEMBRO DE 2022

*Delegado*

PRESIDENTE



2.029 pertencente a Montes Claros Diesel S.A, na extensão de 100,00m até o ponto inicial desta descrição."

I – área de terreno com 1.584,00 m<sup>2</sup> (um mil, quinhentos e oitenta e quatro metros quadrados), correspondente a parte da rua "P", situada no Bairro Esplanada do Aeroporto, nesta cidade, com a seguinte descrição: "Partindo do ponto inicial da interseção entre a Rua L, Poligonal aqui descrita e Imóvel de Matrícula 2.029 pertencente a Montes Claros Diesel S.A; segue limitando com o imóvel de Matrícula 2.029 pertencente a Montes Claros Diesel S.A, Rua M e Imóvel de Matrícula 15.104, na extensão de 132,00m até o lote 01A de Matrícula 34.205 pertencente a Eletroauto Comércio e Serviços Ltda; daí deflete à esquerda, no ângulo de 90°, e segue limitando com o lote 01A, na extensão de 12,00m até o imóvel de Matrícula 61.037 pertencente a Montes Claros Diesel S.A; daí deflete à esquerda, no ângulo interno de 90°, e segue limitando com o imóvel de Matrícula 61.037, pertencente a Montes Claros Diesel S.A, na extensão de 132,00m até a Rua L; daí deflete à esquerda, no ângulo interno de 90°, e segue limitando com a Rua L, na extensão de 12,00m até o ponto inicial desta descrição."

**Art. 3º** – Fica o Município de Montes Claros autorizado a, mediante prévia avaliação e com observância das formalidades legais, promover a alienação dos imóveis desafetados, nos termos dos artigos anteriores, mediante o competente procedimento licitatório.

**Art. 4º** – Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 5º** – Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros (MG), em 05 de dezembro de 2022.

  
**HUMBERTO GUIMARÃES SOUTO**

Prefeito de Montes Claros

  
**Otávio Batista Rocha Machado**

Procurador-Geral



**Município de Montes Claros-MG**  
**PROCURADORIA-GERAL**

Montes Claros (MG), 05 de dezembro de 2022

Exmo. Sr.

Vereador Cláudio Rodrigues de Jesus

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2022

Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminho a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"AUTORIZA DESAFETAÇÃO E ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS"**

Trata-se de Projeto de Lei que visa autorizar o Município de Montes Claros a realizar a desafetação e alienação, mediante o competente procedimento licitatório, de área inaproveitável, decorrente de obra pública que alterou o leito do Rio Vieira, sendo que tal proposição foi submetida às instâncias técnicas e consultivas desta municipalidade, obtendo parecer favorável.

Na mesma oportunidade o presente Projeto de Lei visa autorizar o Município de Montes Claros a realizar a desafetação e alienação, mediante o competente procedimento licitatório, de via pública projetada e não executada no local, cujos limites encontram-se dentro de imóvel particular e não possui saída nem integração ao sistema viário da região, sendo que tal situação foi regularmente submetida às instâncias técnicas e consultivas desta municipalidade, obtendo parecer favorável dos setores técnicos, bem como da Comissão de Uso e Ocupação do Solo.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**Humberto Guimarães Souto**  
**Prefeito de Montes Claros**





## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

### ASSESSORIA LEGISLATIVA

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 122/2022 QUE “Autoriza desafetação e alienação de imóveis municipais” de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

O projeto em questão visa a autorização para desafetação e posterior alienação de bens imóveis.

A administração dos bens municipais cabe ao Executivo, sendo que a iniciativa de projetos que visem a desafetação e posterior alienação de bens públicos é do Executivo.

Portanto, não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende a técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura que submeto à superior apreciação.

Montes Claros/MG, 06 de dezembro de 2022.

LUCIANO BARBOSA BRAGA

Assessor Legislativo

OAB/MG 78605





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 122/2022**

**AUTOR:** Executivo Municipal

**MATÉRIA:** Autoriza Desafetação e Alienação de Imóvel Municipal.

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 06/12/2022, com entrada na Sala das Comissões no dia 06/12/2022.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

A presente proposição tem por objetivo autorizar a desafetação e alienação de imóvel municipal.

Nos termos do art. 1º do projeto de lei fica Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar da característica de bem de uso comum do povo, convertendo em bem dominical o imóvel com área de 131,21 m<sup>2</sup> (cento e trinta e um metros e vinte e um centímetros quadrados), localizado no Bairro Melo.

No art. 2º fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar da característica de bem de uso comum do povo, convertendo em bem dominical o imóvel com área de os seguintes imóveis: área de terreno de 900 m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados), situada no Bairro Esplanada e área de 1.584,00 m<sup>2</sup> (um mil quinhentos e oitenta e quatro metros quadrados) situada no Bairro Esplanada.

Para, nos termos do art. 3º da proposição, promover a alienação dos imóveis desafetados.

De acordo com a Lei Orgânica Municipal a administração dos bens públicos, inclusive alienação de imóveis compete ao Executivo, observados o interesse público e os procedimentos legais.

Desta forma, verifica-se que a presente proposição trata de assunto de interesse local, de competência exclusiva do Executivo, portanto, não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais ou constitucionais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 07 de dezembro de 2022

Presidente: Ver. Martins Lima Filho \_\_\_\_\_

Vice\_Presidente: Ver. Elair Augusto Pimentel Gomes \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Aldair Fagundes Brito \_\_\_\_\_